

‘A periferia hoje no Brasil está muito conectada com a ideia de que é preciso gerar prosperidade, empregos mais justos, aliados à discussão da luta por direitos’

Entrevista com Pedro Abramovay, vice-presidente de programas da Open Society Foundations

por Daniel Martins e Cleber Ribeiro

| Brasil |

A Open Society atua pela defesa dos direitos humanos em escala global, com escritórios no Rio de Janeiro, Cidade do México, Nairóbi, Johannesburgo, Dakar e Aman, para citar alguns. Quais são as conexões possíveis da luta pela democracia da sociedade civil, de movimentos e coletivos nessas regiões no Sul Global?

São enormes. Recentemente, pedimos aos escritórios de cada região que refizessem suas estratégias. Algumas regiões focaram muito no tema da democracia e, sem que tivéssemos dado essa direção, as equipes locais chegaram quase à mesma conclusão. Na África, na Ásia Ocidental — região chamada de Oriente Médio — particularmente no Líbano, Síria, Iraque, nos escritórios do Sudeste Asiático da Malásia, Tailândia e Indonésia, e também na América Latina, predominou a ideia que, para proteger a democracia das ameaças autoritárias, mas principalmente para reimaginar a democracia, precisamos focar em movimentos que tenham como prioridade questões socioeconômicas.

Não dá para dissociar a defesa da democracia e dos direitos humanos da luta pelo fim da desigualdade, e da luta por prosperidade e desenvolvimento econômico. E vemos isso na África, com uma série de movimentos indo às ruas contra o desemprego da juventude, e contra a violência policial.

Testemunhamos muito disso no Quênia, na Tanzânia. No Senegal, o presidente Bassirou Faye emerge de um movimento assim, atuando por mais justiça, renegociando acordos com o FMI, tentando justamente colocar o país nos trilhos econômicos. Na Indonésia e Malásia, manifestações exigem mais justiça social. Na Tailândia, uma juventude na política luta justamente por mais oportunidade de emprego, pelo fim dos privilégios de uma elite política e econômica.

A conexão é, portanto, muito forte. Na América Latina, há um foco enorme no *buen vivir*, em como reconstruir a democracia a partir de uma lógica de gerar qualidade de vida com preservação do meio ambiente. Movimentos que não são dissociados: a defesa dos direitos humanos, com movimento de sindicatos, com movimentos de pessoas sem terra.

Uma integração muito forte assim é vista principalmente entre países do Sul Global, mas não só. Em Nova York, o prefeito eleito Zohan Mamdani alia justamente temas de direitos civis à luta contra o racismo, à resistência contra o Trump, à discussão sobre o alto custo de vida na cidade, a como gerar e valorizar pequenos negócios. A aliança entre as lutas socioeconômicas e por direitos é uma marca muito forte do que temos apoiado em movimentos que presenciamos no mundo todo.

A Open Society também apoia movimentos, coletivos e organizações em contextos rurais?

Apoia, e em vários lugares. Desde o Movimento Sem Terra a movimentos equivalentes em outros lugares do mundo. Temos trabalhado muito com as oportunidades econômicas que a transição verde pode gerar. Ela não pode ser custosa, e precisa ser pensada pela lógica de oportunidades. E várias dessas oportunidades, claro, estão no campo: desde o reflorestamento, até repensar o uso da terra, apoiamos tanto organizações locais quanto organizações que fazem litigância estratégica pelos direitos de populações rurais. Também trabalhamos muito com proteção de defensores do meio ambiente, em todo o mundo.

Quais soluções vindas de organizações e movimentos das periferias urbanas inspiram soluções democráticas e justiça social, principalmente na conjuntura de crise climática aguda?

Por um lado, é interessante notar a mudança sobre como a agenda ambiental no Brasil alcançava o debate público muitas vezes a partir de movimentos feitos por pessoas brancas, do sudeste, sem conectar à agenda o desenvolvimento econômico ou a luta contra a pobreza e a desigualdade.

Hoje, por outro lado, graças à participação de movimentos das periferias, vemos um debate público de uma agenda ambiental que reconhece o tema do racismo ambiental, e como o impacto das mudanças climáticas é completamente diferente nas regiões mais empobrecidas, que não contam com a mesma infraestrutura urbana. Então, o tipo de investimento que se quer por adaptação climática tem que ser feito justamente nas regiões mais periféricas. Graças à participação de movimentos das periferias, vemos um debate público de uma agenda ambiental que reconhece o tema do racismo ambiental

E nós vemos movimentos periféricos se apropriando disso, seja na periferia de Belém, do Rio de Janeiro, São Paulo, ou Porto Alegre, passando a tratar a questão climática não como algo de proteção da floresta, abstrato, mas como uma agenda que se concretiza ao colocar desigualdade e justiça social como condições.

Além disso, no tema de violência urbana, as periferias brasileiras têm oferecido um debate muito sofisticado para o campo da segurança pública, em resposta ao discurso que as desqualifica.

Pois quem discute como reduzir a letalidade policial, como reduzir homicídios no Brasil e quais políticas que funcionam e que não funcionam são organizações de periferia e da sociedade civil. Essas respostas não são dadas por quem vai à televisão dizer que bandido

bom é bandido morto, numa lógica que nunca resolveu a segurança pública, mas que tem, claro, enorme apelo eleitoral. Quem discute como reduzir a letalidade policial, como reduzir homicídios no Brasil e quais políticas que funcionam e que não funcionam são organizações de periferia e da sociedade civil

Caminhos para solucionar questões de segurança pública vêm da periferia e têm a ver com polícia comunitária, com criação de condições e oportunidades para as pessoas das periferias. Em nenhum lugar onde a polícia saiu matando houve queda nos homicídios. Mas uma série de políticas complexas, em parceria com governos locais, conseguem melhorar o quadro.

Do ponto de vista de soluções econômicas, novamente, acredito que a periferia hoje no Brasil está muito conectada com a ideia de que é preciso gerar prosperidade nas periferias, empregos mais justos, aliados à discussão da luta por direitos, como vemos no debate sobre a escala 6x1, ainda que tenhamos que reconhecer que a juventude da periferia às vezes queira outros modelos de trabalho, outras maneiras de gerar renda.

O desafio será acolher esse anseio de maneira que direitos sejam preservados, sem uma visão de cada um por si na sociedade. Construir um futuro mais potente para o Brasil envolve a criação de um pacto de solidariedade a partir do olhar para o trabalho, com soluções que venham dos movimentos das periferias, envolvendo desde o trabalho de reciclagem de catadores até discussões sobre soluções tecnológicas e democráticas.

Sabemos como a população periférica é, historicamente, afetada pela precariedade de serviços, ao mesmo tempo que a própria periferia constrói práticas de muito cuidado coletivo. Quais experiências locais com cuidado coletivo e cuidado do território se conectam a uma agenda mais ampliada de incidência política na saúde pública?

A agenda dos cuidados é fundamental tanto do ponto de vista da afirmação dos direitos mais

urgentes, quanto do ponto de vista da discussão sobre o papel da mulher na sociedade. As funções de cuidado, na saúde pública, seja no cuidado das crianças, pessoas mais velhas, ou pessoas com deficiência, são exercidas por mulheres e, por isso, numa sociedade machista como a brasileira, são vistas como um trabalho que não precisa ser remunerado, o que o torna muito desvalorizado.

De um lado, vemos nas periferias soluções no compartilhamento do cuidado com as crianças, soluções de cuidado de pensar a saúde de forma comunitária, soluções de cuidado para tratar de pessoas. A Redes da Maré, por exemplo, em seu trabalho com pessoas da cena de consumo de crack, como o Espaço Normal e o Dispositivo de Atendimento Integrado de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas na Maré, traz uma das experiências mais bem-sucedidas de cuidado a partir da redução de danos, de um trabalho que parte de uma organização de favela, e não do poder público.

Agora, o grande desafio é como enxergar nessas soluções de compartilhamento do cuidado uma possibilidade de reconhecimento de direitos e ditar o papel do Estado em aprender as tecnologias da periferia de saúde comunitária.

O programa Saúde da Família dentro do SUS é um ótimo exemplo, ele não existe sem cooperação comunitária. Agentes de saúde não conseguem trabalhar em favela sem uma construção comunitária. Essa aliança entre a política pública que enxerga a necessidade nas periferias da participação comunitária para ser efetiva é fundamental.

Quando comparamos com outros países do mundo, o Brasil está muito à frente. A capacidade que o Brasil tem de incorporar práticas comunitárias, participação comunitária no seu processo de políticas públicas, seja no SUS, ou em vários outros modelos, é exemplo para quem trata de política pública no mundo, principalmente no Sul Global.

Inclusive, mesmo os Estados Unidos não têm nada parecido. Acredito que é com o aprendizado em reconhecer o papel e o empoderamento das comunidades periféricas na elaboração e aplicação de políticas públicas que o Brasil vai melhorar na construção de

dispositivos de incidência política na saúde pública. O grande desafio é como enxergar nessas soluções de compartilhamento do cuidado uma possibilidade de reconhecimento de direitos e ditar o papel do Estado em aprender as tecnologias da periferia de saúde comunitária

Experiências práticas das periferias funcionam como laboratórios de participação cidadã, muitas delas vindas de organizações de base comunitária. Na construção de uma agenda de justiça climática para o Sul Global quais experiências mais se conectam?

Desde a experiência no Rio de Janeiro — de trabalho com painéis solares na periferia, como a Revolusolar, com criação de energia e mobilização para o debate sobre a questão climática e do acesso à energia nas favelas — aos movimentos de periferia na Malásia — que há muitos anos lutam contra a violência policial, e também criam consistência política para produzir alternativas ao governo. Experiências no Quênia, de uma sociedade civil muito forte integrada com o ativismo de temas de direitos digitais e o uso da internet, como meios de também viabilizar soluções econômicas para a periferia.

Na África do Sul, vários movimentos periféricos apresentam uma capacidade consistente de elaborar políticas públicas muito fortes, e de reivindicar do governo sua implementação. Essa capacidade de conseguir reivindicar ações do governo, de os movimentos se politizarem nesse sentido, de não só criar soluções autônomas, mas conquistar direitos, é muito presente em experiências da sociedade civil e movimentos de periferia em regiões do Sul Global.

Mas o que sinto falta, na verdade, é de mais conexão, diálogo, e troca maior entre esses movimentos. Nosso esforço também caminha em criar as condições para essas conexões, apesar dos desafios.

Quais as principais oportunidades e desafios para que movimentos e organizações de periferia se coloquem no centro da luta por justiça climática e ambiental, com o Brasil prestes a sediar a COP 30 em Belém?

Belém pode de fato ser uma grande oportunidade. A gente viu como foi no G20. Por ser no Brasil e por acontecer com o atual governo, conseguiu-se criar um espaço muito forte para a participação social, com o G20 Social, e sair com questões improváveis, como a taxaço de super ricos, algo difícil de se imaginar até então.

Existe uma relação entre a presença da sociedade civil, entre o fato de o G20 ter sido realizado no Brasil, e a conquista dessa agenda. Acredito que Belém deve seguir no mesmo sentido. Claro, agora os Estados Unidos assumem outra postura com o governo Trump, mas ao mesmo tempo isso abre um espaço para fazer negociações e ter outros países talvez dispostos a ir mais longe do que os Estados Unidos que, vale lembrar, mesmo em governos democratas, talvez não tenham sido um ator tão positivo nas negociações climáticas globais.

Além disso, será fundamental a pressão da sociedade civil sobre países da África, da Ásia, claro, para que façam valer sua voz e que não cedam às pressões externas. E também a pressão sobre a Europa, que tem muitas vezes populações que querem avançar no tema climático.

A pressão será importante para garantir que o Brasil possa exercer a liderança que almeja, a de representar a ponte entre os países ricos e os países mais empobrecidos, e trazer o tema da desigualdade, do combate à fome, da segurança alimentar, da taxaço dos super ricos para a discussão climática.

Se as forças da sociedade civil estiverem organizadas para afirmar que a COP não é só sobre conservação, não é só sobre mercado de carbono, mas que é sobre justiça, sobre desigualdade, sobre justiça do ponto de vista global e dentro de cada país, acredito que essa dimensão pode sim ter um espaço muito importante nas negociações em Belém.

O que você, como vice-presidente de programas da Open Society, projeta de futuro para um Brasil construído com a periferia, com fortalecimento de vozes, maior sustentabilidade ambiental, saúde pública e participação democrática?

Um país como o Brasil tem oportunidades enormes. Mas não são oportunidades óbvias. De um lado, há uma mudança de onde estão as cadeias produtivas globais, que não necessariamente vão ficar mais na China ou em outras regiões da Ásia.

Os Estados Unidos estão se fechando para o mundo com as tarifas, e com isso novas possibilidades de outras relações se abrem. Há uma oportunidade de geração de desenvolvimento a partir desse novo mundo, e se o Brasil fizer as escolhas corretas e as políticas públicas para tanto, poderemos ter um novo ciclo virtuoso no Brasil.

Um exemplo seria o investimento em bioeconomia, em tecnologia para o chamado Parque Industrial da Saúde, que produz, reduz custos e melhora a qualidade de remédios no Brasil.

Pode se apresentar assim um Brasil que pode dar um novo salto econômico, apenas se isso for feito de baixo pra cima, se nesse processo o Brasil conseguir trazer tecnologias para as periferias, com uma discussão ampla sobre como as cidades estão se organizando.

Os grandes saltos econômicos do Brasil aconteceram quando a população do campo veio para as cidades. Isso não vai se repetir. O que a gente tem que fazer agora é melhorar a vida das pessoas na cidade, fazer disso um processo efetivo de desenvolvimento socioeconômico.

É pensar como, a partir do material humano e da criatividade nas periferias, o Brasil criará oportunidades de dialogar com lugares diversos do mundo. Obviamente, será fundamental a gente preservar a nossa democracia, mas não por uma ideia abstrata. Foi a democracia no Brasil que incluiu as pessoas nas escolas, conseguiu reduzir a desigualdade, criou o Fundeb e aumentou o Ensino Médio, que colocou as pessoas na universidade. O SUS, o BNDES, a capacidade de fomentar a indústria, com um Estado que está pensando no movimento do

seu povo que está em risco.

Isso, se aliado aos movimentos da periferia, que possam pulsar por democracia, por participação na economia e no processo político, acredito ser a única saída. Se o debate sobre democracia e prosperidade ficar retido nas salas de aulas das universidades, nós já perdemos. O futuro passa muito por redobrar a aposta numa democracia que tenha condição de renovar a esperança de prosperidade econômica e igualdade para todo o Brasil.
